

A CONJUGALIDADE HOMOSSEXUAL NO SISTEMA DE GÊNEROS E PARA ALÉM: micropolíticas homoeróticas

Evocando um campo já constituído de diálogo em torno da problemática deste artigo¹ [“nós fazemos, nós continuamos sempre o mesmo discurso; é preciso muita paciência daqueles que nos cercam para suportar, de nossa parte, esse discurso imperturbável que é o nosso durante toda a vida”, dizia Barthes (2003: 272)], analiso, a seguir, de forma bastante sucinta, alguns resultados de minha pesquisa de Doutorado², localizando, de forma pontual, a questão da conjugalidade homossexual nos estudos sobre corpo, gênero e sexualidade, na epistemologia do sistema de sexo/gênero (expressão cunhada por Gayle Rubin, em 1975, no artigo “*The traffic in women*”) e, segundo a orientação conceitual-analítica da Tese, aponto, ainda, a perspectiva de leitura sobre a (homo) sexualidade num nível de discussão micrológica, tentando avançar na direção daquilo que chamamos de “micropolíticas homoeróticas”, tomando como interlocutores privilegiados alguns pensadores da teoria social (Giddens, Bourdieu e Simmel), da psicanálise e da filosofia da diferença (Foucault, Deleuze/Guattari e Derrida).

ANTONIO CRISTIAN SARAIVA
PAIVA*

RESUMO

O artigo aborda o enredamento ambíguo e multifacetado da discussão sobre a homoconjugalidade na codificação do sistema amor-casamento-família. Analisa as reivindicações de *normalização da homossexualidade* e indaga sobre os riscos de invasão da *expertise* (psi, sócio-antropológica e jurídica) sobre o governo das homossexualidades. Frente a esses agenciamentos institucionais, aponta o potencial disruptivo e criador de outras formas de vínculo afetivo-amoroso que os experimentos homoconjugais podem engendrar em suas micropolíticas. Propõe uma discussão micrológica, intensiva e molecular sobre a sexualidade humana.

ABSTRACT

The paper approached the entanglement of a multifaceted and ambiguous discussion of homomaterimonialism in the codification of the family-marriage-love system. It analyzed the claim for the normalization of homosexuality and questioned the risk of expertise invasion (in its psychological, socio-anthropological and juridical forms) of homosexuality direction. By considering these different forms of institutional arrangements, it pointed to the disruptive and creative potential of alternative loving-affective ties that homomaterimonies could engender in their micropolitics. It proposed an intensive and molecular micrological discussion about human sexuality.

* Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC).

1. Estudos de gênero, sistema sexo/gênero e *tandem* gay/lésbico

Como inserir a temática da homossexualidade nos estudos de gênero?

Podemos afirmar que os *gender studies* constituem um campo vasto de pesquisa associado à crítica feminista do sistema de gêneros, tentando dar conta da construção dissimétrica do feminino e do masculino na cultura ocidental, atentando para as relações de desigualdade e de violência simbólica que marcaram historicamente a dominação das mulheres por uma libido falonarcísica (BOURDIEU, 1998), cuja expressão mais visível se traduz numa partilha desigual de papéis que homens e mulheres historicamente desempenharam no *socius*: nas relações conjugais, familiares, de trabalho, etc.

A ordem familiar econômico-burguesa, lembra-nos Roudinesco (2003, 38), repousava em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos. A produção da subjetividade das mulheres constituía-se, portanto, a partir da equação: mulher=esposa=mãe. Essa estratégia inscreve-se como um dos capítulos fundamentais do dispo-

sitivo de constituição do sujeito moderno, batizado por Foucault como *dispositivo da sexualidade*, o qual proponho ler como uma “história da constituição do sujeito moderno” (PAIVA, 2000). Nessa história, a subjetividade da mulher figura como uma das protagonistas, um dos alvos privilegiados de observação, escrutínio e disciplinamento, sobre o qual o biopoder se exerceu e que serviu de fonte aos “arquivos de pouca glória” que constituíram as ditas ciências humanas (FOUCAULT, 1993), e especificamente toda a *expertise* psi (psiquiatria, psicologia, psicanálise), e que se encontra na origem não-desvelada do suplemento de mal-estar imposto às mulheres, cujo paroxismo manifestou-se no teatro da histeria.³ Daí que Foucault (1988) analisa, a propósito dos mecanismos de subjetivação da mulher, os pólos opostos da *mãe/esposa* saudável/higienizada e da *mulher histérica*.

Junto com a mulher = esposa/mãe e seu antimodelo, a mulher histérica, teríamos as outras personagens modelares do familismo edipiano⁴ do dispositivo da sexualidade (segundo o qual a família é tomada como Bem Supremo, como matriz de produção de subjetividades nas sociedades capitalistas): a *criança higiênica* X a *criança masturbadora*, o *adulto normal* (que comporá o *casal malthusiano*) X o *perverso*. É na família dos perversos que a homossexualidade encontra seu lugar de origem, e, a julgar pela recrudescente onda de homofobia, em voga mesmo na *expertise* científico-acadêmica, tudo faz crer que a perversão permanecerá como sentença condenatória da homossexualidade.

A matriz heterossexual, horizonte de uma heterossexualidade compulsória, segundo os termos de Judith Butler⁵, serviu, pois, *a priori*, como evidência, como terreno do não-pensado, do não-posto em causa, para regulamentar os comércios erótico-relacionais dos indivíduos e para codificá-los em instituições sociais. Masculino e feminino alimentaram-se de um imaginário da complementaridade, de um binarismo tomado como eixo fundamental interpretativo das relações sociais, como dado antropológico primeiro de organização simbólica dos sistemas de cultura, em diferentes sociedades.

Georges Balandier (1976: 41-42) caracteriza essa relação de alteridade homem/mulher como “relação-mãe”, que engendra de si todas as outras relações de que se nutre a vida e a criação cultural coletiva. Transformando-se em “complementaridade tensional” através do casamento, continua o antropólogo, a relação homem/mulher “modela um grande número de relações sociais, de representações e de arranjos simbólicos, em todas as sociedades formadas principalmente à base do parentesco, da filiação e da aliança”. Privilégio dessa relação tomada como “dado definitivo”, “primevo”, “fundador”, “relação de referência” para se pensar o vínculo social. Por conta disso, sigo com Balandier, a homossexualidade apresenta-se, antropológicamente, como “o estado zero das relações sociais, como não-relação e, de qualquer modo como o inverso da união das diferenças, que revela sua fecundidade na categoria exemplar ou, melhor paradigmática, atribuída à relação masculino/feminina”.

A norma heterocêntrica, portanto, é evocada para a própria inteligibilidade do *socius* e sua estruturação simbólica. A crítica feminista, que estamos evocando sob a rubrica do sistema de sexo/gênero, historicamente, juntamente com as lutas de gays e lésbicas foram os primeiros a pôr em questão essa matriz heterossexual como horizonte de normatividade das condutas sócio-sexuais, ao apontar a necessidade de rediscutir as relações entre a base material da identidade (ligada ao corpo, ao sexo) e a da construção social da personalidade (identidade sexual, gênero).

1. 1. Epistemologia do gênero

Dentro desse projeto, simultaneamente epistemológico e político, a idéia de “gênero” foi inicialmente utilizada, em oposição à de “sexo”, “para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado”. Segundo Linda Nicholson, *gênero* é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; gênero e sexo são, portanto, compreendidos como distintos (2000: 09). Essa discussão permeia o horizonte daquilo que se convencionou chamar de

segunda onda do feminismo, nos anos 1960/70.

Resumidamente, podemos evocar as “três ondas” ou três etapas de articulação da crítica feminista à dominação masculina. A “primeira onda” do feminismo, na virada do século XIX para o XX, seria caracterizada pelo “sufragismo”, pautado pela reivindicação universalista de conquista de direitos (ao voto, especificamente), bem como pelas “reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões” (LOURRO, 2003: 15). A “segunda onda”, no fim da década 1960 e nos anos 70, marcada por um acento mais teórico e mais ‘radical’. Para além dos problemas relativos à obtenção de direitos e oportunidades iguais para as mulheres, que marcaram o “sufragismo”, essa onda do feminismo enfatiza os processos psíquicos e culturais profundos, nos quais se enraíza a opressão das mulheres. O conceito sociológico de gênero, primeiramente formulado por Nancy Chodorow (1978), servirá, nesse contexto como chave de uma nova interpretação da história na qual viesse à tona a diferença nas relações entre homens e mulheres (NATALIE Z. Davis, cit. por ROUDINESCO, 1998: 292). A “terceira onda” do feminismo, a partir dos anos 1980/90, caracteriza-se, como propõe Michèle Barrett (1996: 306), por um trabalho de autocritica do movimento feminista, em torno de três questões: 1. crítica a um “etnocentrismo” implícito no feminismo ocidental, branco, classe média; 2. perda da confiança no modelo sociológico de gênero e reafirmação da “diferença sexual” (ressurgimento do instinto maternal e da definição implícita da mulher pela maternidade, conforme aponta Badinter, 2005: 19); 3. incorporação das idéias pós-estruturalistas e pós-modernistas para a conceitualização dos projetos feministas e para a definição dos rumos da política feminista. O pós-feminismo pode, aí, ser inscrito como uma variante epistemológica e política de enfrentamento dessas questões.

Portanto, a re-interpretação da categoria analítica de gênero se coloca como tarefa crítica, a partir dos anos 1980 (terceira onda do feminismo), pois, conforme aponta argutamente Nicholson, sob uma aparente clareza e evidência de significado daquele

conceito, pode-se utilizá-lo de maneiras diferentes, inclusive, contraditórias: teríamos, por um lado, uma argumentação segundo a qual o gênero funcionaria, ao modo de uma ‘superestrutura’ (ideológica, cultural, social, histórica), assentada sobre uma estrutura (natural, biológica, universal), representada pelo sexo. Segundo uma outra perspectiva, bem mais criticamente, a oposição entre sexo X gênero seria, com os binarismos a ela imanentes, ela própria tomada como um artefato cultural. Assim, o próprio corpo passa a ser visto através de uma interpretação social, e então, “sexo” e “gênero” não podem mais ser tomados como termos independentes.

Segundo a definição de Joan Scott (1988), o gênero abrange o sexo, uma vez que sendo “a organização social da diferença sexual”, o gênero “é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais”.⁶ Gayle Rubin, na mesma direção, passa a falar no par: sistema sexo/gênero, definindo-o como “o conjunto de acordos sobre os quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975).

Portanto, assistiríamos, a partir da década de 1980, a uma reavaliação “pós-moderna” da questão sexual nos estudos de gênero, principalmente no âmbito acadêmico norte-americano. Uma rearticulação do sistema de gêneros: “o sexo biológico seria um dado do comportamento humano tão construído quanto o gênero” (ROUDINESCO, 2003: 119-120), este concebido como sexo social. O gênero passa a ser visto como operador “colonialista” – a expressão é de Roudinesco – do poder de um gênero (os homens) sobre outro (as mulheres), uma forma de regulação da sexualidade que se torna normativa (BUTLER, 2002).

Para Judith Butler (2001: 153), a tarefa passa a ser “vincular a questão da materialidade do corpo com a performatividade do gênero”, promovendo uma reformulação profunda nos dois termos da relação, sob o risco de retomar a partilha implícita na definição sexo/gênero, ou seja, natureza/cultura, universal/arbitrário: “De forma alguma”, lembra-nos Butler, “se pode conceber o gênero como um cons-

trato cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como o ‘corpo’, quer como um suposto sexo” (Idem: 154). Trata-se, nesse sentido, de reformular o que está em jogo na materialidade dos corpos, materialidade enquanto efeito de uma dinâmica do poder, seu efeito mais produtivo (Idem). Quanto à performatividade de gênero, evita-se um recurso a qualquer perspectiva essencialista, ou, de outro lado, a um retorno a uma teoria da ação baseada no sujeito autocentrado e deliberador, centro do processo das identificações sexuais. Daí, segundo a definição de Butler, “a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Idem: 154).

Desse modo, a construção do sexo, ao invés de repisar aquela vulgata do arbitrário cultural, revestindo uma materialidade a-histórica, referente material inequívoco, ela própria passa a ser compreendida como “uma norma cultural que governa a materialização dos corpos” (Idem: 155), e que determina normativamente o campo das identificações sexuais. Com a ordem compulsória do sexo/gênero/desejo (2003), a norma corporal heterocêntrica que tem orientado as políticas sócio-sexuais ocidentais estabelece ideais regulatórios cuja materialização é imposta aos indivíduos, e que realimenta o imperativo heterossexual, o qual “possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações” (2001: 155).

Assim, teríamos uma produção simultânea de subjetivações sexuadas, integradas na matriz heterocêntrica e de formas de subjetivação “abjetas”, “subversivas”, minoritárias e divergentes da norma sexual/corporal heterossexista. Butler conferirá privilégio analítico ao “objeto”, na medida em que aí se configura um terreno de luta política, pelo exercício do direito de experimentar, de experimentar-se enquanto sujeito, para além da sujeição [A categoria ‘sexo’ é, desde o início, normativa (...), é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa” (2001: 153)].

Butler, leitora de Foucault, retoma os dois sen-

tidos presentes na forma “sujeito”: sujeito enquanto submetido a, assujeitado a, e sujeito enquanto “reivindicação de direito à autonomia e à vida” (Idem: 155). Por outro lado, enquanto leitora da psicanálise, sabe que essa autonomia é sempre relativa, inalcançável, inabitável. Ora, é nessa “in-atualidade” do sujeito, sua abjeção, zona do “i-mundo” (conforme expressão de Lacan), que se podem verificar processos de singularização emergentes. Daí o privilégio conferido a essas zonas de subjetivação subversivas, *queer zones* (BOURCIER, 2001) ao bizarro, ao abjeto, ao *queer*; portanto,

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito: ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Nesse sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção (...) (BUTLER, 2001: 155).

Assim, privilégio epistemológico e político. Uma nova postura política, pós-identitária, já que a identidade, ela mesma, é uma forma de “rosto” diagramatizado pelos arquivos de saber e pelos regimes de poder, e aberta aos processos moleculares de subversão simbólica, desencadeados pelas sexualidades *queer*. Uma perspectiva analítica pós-representativa e pós-normativa para se pensar as políticas da sexualidade.

De fato, com a *queer theory*, como ficou conhecida essa forma de abordagem da sexualidade no campo do “pós-feminismo”,⁷ estabelecida a partir

dos anos 1990 (Teresa de Lauretis, Beatriz Preciado, Marie-Hélène Bourcieu, etc.), há uma radicalização dessa forma de abordar a heterogeneidade das marcações biológica, psíquica e social da sexualidade, cujo paradigma de subversão passa a ser a figura da *drag queen*, que performatiza, de maneira exemplar aquele desencaixe entre corpo (sexo), gênero (identidade sexual: binarismo masculino/feminino) e sexualidade (traduzida como desejo, hetero/homorientado).

Segundo Judith Butler, os estudos gays e lésbicos, no mínimo, nos permitem evidenciar que “a heterossexualidade é ao mesmo tempo um sistema coercitivo e uma comédia inevitável” (2005: 20). Ou seja, o *tandem gay/lésbico* nos permite fazer uma crítica da heterossexualidade compulsória – o que implica rediscutir as relações entre corpo, gênero e sexualidade, supostamente assentadas numa conformidade entre anatomia, normas sociais e produção de subjetividade. Qualquer embaralhamento entre esses termos passaria a alimentar o imaginário da *diferença* tomada como exílio do diverso.

Nos discursos que insistem na conformidade mencionada entre corpo, gênero e sexualidade, que caracteriza o dispositivo da sexualidade moderna, uma velha fundamentação (com roupagem de distinção acadêmica, hoje) é re-evocada: *a anatomia como destino*: o corpo serviria, supostamente, como dado último, como evidência universal sobre a qual se superporiam as outras construções, social e psíquica, servindo-lhes de referência de normatividade. Os soçobros na harmonia dessa construção, através da qual os discursos sociais modelizam a sexualidade e a subjetividade (de onde os pares foucauldianos sexo-verdade, saber-poder, etc), passam a ser inscritos no terreno da transgressão (anormalidade, patologia) e da culpa (somos culpados de possuir um inconsciente, isto é, uma máquina desejante que embaralha aqueles códigos e seus mapas; daí a psicanálise ter se interessado tanto pela tragédia de Édipo e de Hamlet, como arquétipos de uma subjetividade culposa).⁸

Podemos, entre parênteses, nos indagar até que ponto a psicanálise – que, a nosso ver, se cons-

titui como um dos mais poderosos campos conceituais que dispomos para a abordagem da sexualidade humana – também sucumbiu ao pressuposto do sexo (enquanto materialidade do corpo, “real” do corpo, segundo a terminologia lacaniana⁹) como norma inultrapassável, trans-histórica, universal. Butler vê nessa pressuposição sustentada pela psicanálise lacaniana uma limitação a ser ultrapassada (2005: 15).

Segundo Roudinesco, Freud cria “uma estrutura psíquica do parentesco que inscreve o desejo sexual – isto é, a libido ou Eros – no cerne da dupla lei da aliança e da filiação” (2003: 90), onde, portanto, a família (isto é, a família burguesa nuclear, psicologizada, edipianizada) se torna uma necessidade da civilização, espaço no qual o indivíduo psicológico urdirá sua conflitualidade constitutiva. Daí porque, padecendo desse familismo, desde a origem, a psicanálise se configura, simultaneamente, como sintoma e remédio (Idem: 93) do mal-estar psíquico trazido pela civilização (moderna, ocidental, eurocêntrica...).

Se, por um lado, esse familismo da psicanálise foi emancipador de relações intrafamiliares assentadas na desigualdade de papéis e lugares sócio-sexuais e favoreceu a eclosão de novos modos de parentalidade, algo próximo do que Giddens (1993) caracteriza como uma “democracia emocional” familiar (mas, como já apontamos, uma democracia cujos operadores fundamentais seriam a conflitualidade, a transgressão, a culpa!), por outro, esse familismo, segundo a expressão de Derrida (1998; 2001; 2004), representa uma resistência da psicanálise à própria psicanálise, quando hoje ela é chamada a pronunciar-se sobre as modalidades contemporâneas de conjugalidade e de parentalidade, caracterizadas pela caotização das formas tradicionais de amor, conjugalidade e família, na qual se impõe o desencaixe nas relações entre corpo, gênero e sexualidade, estabelecidas pela matriz heterossexual.

Essa leitura de desconstrução do familismo psicanalítico, também, é uma postura epistemológica e política, pois permite explicitar a estratégia de anulação da psicanálise pela própria psicanálise, sua

resistência a si mesma, e liberar o potencial transgressor da psicanálise enquanto modo de abordagem da crueldade humana (DERRIDA, 2001).

Assim, situando a psicanálise na discussão do sistema de sexo/gênero, podemos encontrar em Freud uma abordagem artificialista da sexualidade humana. Freud rompe com toda argumentação naturalista (ver o falicismo universalista de sua teoria), mas avança a idéia de que a ordem do desejo não deriva nem do biológico, nem do social. Segundo Roudinesco, Freud inscreve uma novidade na epistemologia do sistema de gênero, ao introduzir no binarismo sexo-gênero um terceiro termo: “o da sexualidade psíquica fundada na existência do inconsciente” (2003: 128). Portanto, para a psicanálise, “a questão da diferença sexual só pode ser focalizada em referência a um vivido existencial. É que a ordem do desejo, no sentido freudiano, é heterogênea ao sexo e ao gênero” (*Idem*: 128-129).

Nesse sentido, aproximo, por minha própria conta, como já ensaiei em outro momento,¹⁰ correndo todos os riscos da aproximação, o artificialismo freudiano com o rizomatismo maquínico-desejante de Deleuze e Guattari, que também provoca uma re-discussão na epistemologia dos gêneros. Desnecessário lembrar a importância da “questão homossexual” e das “sexualidades inumeráveis” (Derrida) no trabalho desses pensadores.

1. 2. A questão homossexual no sistema de gêneros e para além

Se a crítica feminista do sistema de gêneros, com seus desdobramentos no pós-feminismo e nos estudos gays e lésbicos, permite uma desnaturalização da sexualidade e a explicitação dos investimentos de poder vigentes na organização das identidades sócio-sexuais, penso que corremos o risco de minimizar a questão da sexualidade inconsciente, a economia psíquica desejante, com seu funcionamento molecular, em disrupção constante com os agenciamentos molares da sexualidade. Pergunto-me, também, se o sistema de gênero já não seria registro do molar, do agenciamento coletivo de enunciação. Portanto, uma dúvida em relação ao imaginário dos

gêneros, como enfatuamento da subjetividade pelos discursos sociais sobre o masculino/feminino, sobre a homo/hetero/transsexualidade, etc., segundo uma lógica capitalista de produção de subjetividades mutantes, flexíveis, descartáveis.

Ligo essas minhas interrogações à *démarche* (auto)crítica feita pela teoria *queer*, que, se por um lado, está inscrita na esteira do feminismo [*“Je dirais que je suis une théoricienne féministe avant d’être une théoricienne queer ou gay et lesbienne. Mes engagements féministes priment probablement”*, diria Butler (2005: 13)], e herda os esquemas de inteligência da sexualidade e do desejo pelas balizas do sistema binário e heteronormativo dos gêneros, por outro lado, faz explodir esse mesmo sistema sexo/gênero. Desconstruindo, desfazendo o uso sociológico da categoria de gênero (BUTLER, 2004), e, como contrapartida, privilegiando o terreno de experimentações simbólicas, moleculares, singularizantes das práticas corporais paródicas, subversivas, minoritárias, abjetas, o trabalho de Butler permite-nos atingir a zona de agitação na qual se efetuam processos de singularização da experiência sexual-identificatória, como destacamos anteriormente.

Assim, podemos tentar colocar a questão homossexual referida a um nível mais intensivo, diferencial, molecular, como produção de signos, como modelo mesmo de toda a sexualidade (isto tudo em Deleuze), uma homossexualidade “meteca” (SCHÉRER, 1999), semiótica, como profusão de signos, efusão que explode as identidades muradas, equivocando o imaginário dos gêneros (DELEUZE, 2002; 2003). Não é à toa que Deleuze/Guattari vão trabalhar isso tudo a partir de Proust: do tema da raça maldita à questão da transexualidade molecular do narrador, de Charlus, de Albertine, etc. A impressão que paira no ar, a suspeita, é a seguinte: não seriam todos transexuais? Ou melhor, não seríamos todos transsexuais? Podemos encontrar os termos dessa pergunta em nossos autores no *Anti-Édipo*: “À alternativa das exclusões ‘ou... ou’, opõe-se o ‘ou’ das combinações e permutações onde as diferenças vêm a dar no mesmo, sem deixarem de ser diferentes”. Assim, continuemos, “somos heterossexuais

estatisticamente ou molarmente, mas homossexuais pessoalmente, sem saber, ou sabendo, e, finalmente, transsexuados elementarmente, molecularmente” (1976: 94).

A questão homossexual implica, segundo nossa compreensão, ruptura com as evidências alimentadas seja pelo imaginário da anatomia dos corpos, seja pela legislação dos discursos da *expertise* (psi, antropológica, sociológica ou outra) sobre a sexualidade, para não falar dos catecismos da moral, da religião, mais lidos hoje do que nunca, na medida em que se investem e são investidos por aquela *expertise*. Implica pensar uma topologia barroca, complexa, multifária para a subjetividade. Guattari (1992) fala numa “subjetividade pática”, Boaventura Santos (2003) propõe falar em “subjetividade de fronteira”, num acossamento constante dos agenciamentos identitários.

Portanto, ao invés de falar em uma “identidade homossexual”, propõe-se falar em “modos de vida” (FOUCAULT, 1994) que favoreçam a singularização das experiências amoroso-sexuais em sua pluralidade, que estejam atentas para o comércio microscópico do desejo, com seu jogo de equivocação, de emissão de singularidades. Insistir não tanto na reafirmação de uma identidade homossexual, um “si” homossexual representativo, mas dar margem, nessa micropolítica, às práticas de singularização.

Mesmo que, por outro lado, na política das homossexualidades haja toda uma insistência na reivindicação identitária, na criação de um coletivo, na constituição de um movimento que negocia ambigualmente com a gestão do si homossexual. Enfim, não podemos esquecer que a própria homossexualidade moderna é produção do dispositivo de sexualidade de nossas sociedades capitalistas, sendo uma de suas ficções maiores, como já destacamos.

De qualquer modo, ao propor essa leitura da homossexualidade – que, a meu ver podemos generalizar para outras modalidades de expressão erótica/desejante, mediante um trabalho constante de desterritorialização e singularização de nossas experiências eróticas, afetivas, contra a administração de nossa sensibilidade, de nossa intimidade e nosso

desejo por um discurso autorizado, seja qual for sua proveniência –, aponto um registro intensivo, polifônico, micrológico, molecular, na compreensão da subjetividade e da sexualidade que, conforme esta minha interpretação, a epistemologia do sistema de gêneros não dá conta adequadamente.

É esse registro, que persegui em minha pesquisa de doutorado, que apresento a seguir.

2. Micropolíticas, microssociologias. Ao encontro dos invisíveis, reservados...

Minha pesquisa de campo foi realizada em Fortaleza (em 2002/3), com casais masculinos que mantêm relacionamentos estáveis e longos, e que vivem em regime de coabitação (parcial ou total). Numa perspectiva metodológica pluralista, utilizei várias estratégias de pesquisa no trabalho de campo: entrevistas estruturadas, observação, participação em eventos artístico-culturais e políticos, conversas informais, manuseio de textos produzidos pelos sujeitos da pesquisa, de documentos íntimos, registro fotográfico, etc.

A ênfase da pesquisa recaiu sobre as histórias de cada casal: suas trajetórias em relação à homossexualidade, a gestão dos relacionamentos na convivência íntima (micropolíticas homoeróticas) e a visibilidade das relações na sociabilidade próxima e ampliada (família, amigos, vizinhos, trabalho), bem como as representações políticas da “homoconjugalidade”. Nesse sentido é que elaborei os relatos das “vidas paralelas” de dez casais, originados de uma série de entrevistas que realizei com cada casal (entrevistas individuais e em conjunto, que denomino “entrevistas em profundidade”).

Nas falas, nas histórias contadas, no artesanato de vozes confeccionado na pesquisa, sigo a perspectiva das *micropolíticas da intimidade*. Desfazendo-me de um imaginário da concha, do lugar fechado, do casulo, penso a intimidade numa dimensão intensiva, molecular. Tomar a intimidade como problema político, sob uma lente micrológica. Simmel (1950; 2006), me ajudou bastante a enxergar a capilaridade das ações humanas, sua intersticialidade como objetos “dignos” da sociologia, recuperando a legi-

timidade desses problemas microscópicos de organização da vida e do viver juntos. Beneficiando-me dos últimos cursos de Barthes, avanço no sentido de uma “psicossociologia passional dos problemas idioletais” [“o que vejo à minha volta, em meus amigos, o que se postula em mim” (BARTHES, 2003: 20)]. Uma microssociologia das nuances, imaginação do pormenor (*Idem*: 9), como recusa de uma pesquisa que se detivesse nos “problemas gerais”. Daí a confecção do livro das “vidas paralelas”, melhor convindo chamar de *álbum*¹¹ das histórias de amor que me foram narradas.

No tratamento do material, evito a tentação hermenêutica (de teor sociológico, psicanalítico ou outro qualquer) de atribuição de sentidos unívocos às falas, no seu trajeto da voz recolhida nas entrevistas até sua fixação numa escrita. Certeau (1994) nos alertou sobre os riscos implicados na operação dessa escrita heterológica, isto é, escrita das vozes dos outros. Assim, no capítulo da Tese destinado a fazer uma análise do material recolhido e emoldurado no livro das *Vidas Paralelas*, denominado “Micropolíticas homoeróticas”, evito, conscientemente, fornecer “um retrato oficial” do que seria “um casal homossexual”, uma “representação sociológica”, um “rosto” constituído pela *expertise* sobre essa modalidade de vivência homossexual. Por inspiração barthesiana, abordo o material como pequenos dossiês, cheios de lacunas, com contornos singularizantes, permitindo escuta de forças, de diferenças, de falas trançadas em mergulhia, entremeadas por digressões teóricas, esboços de microssociologias: sociologia da conversa, sociologia da boate, sociologia da traição, sociologia do grupinho, etc., num diálogo incessante com as falas, tomadas como emissão de singularidades, partículas com intensidades diversas, tentando pôr em destaque as *técnicas de existência*, postas em jogo pelos sujeitos da pesquisa. Tentei praticar uma “sociologia da escuta” (MELLUCCI, 2004) dessa faixa de invisibilidade e discrição que caracteriza o *ethos* íntimo dos casais da pesquisa. Perspectiva de uma *dietética/estética da existência*, que fui buscar em Foucault [escuto Foucault (1994) dizendo que, mais

importante do que procurar uma identidade homossexual seria insistir na criação de modos de vida gay], no Deleuze nietzscheano (DELEUZE, 1992; PAIVA, 2001), e que também encontrei na fantasia barthesiana do *vivre ensemble*: “fantasia de vida, de regime, de gênero de vida, *diáita*, dieta” (BARTHES, 2003: 13).

2.1. Homoconjugalidade e (micro)política

Nesse sentido é que falo de *micropolíticas homoeróticas*, eixo analítico da conjugalidade homossexual, onde as noções de corpo, gênero e sexualidade são pensadas a partir de uma discussão estética (estética da existência, ética da amizade, constituição de laços afetivo-sexuais desencaixados da codificação amor-casamento-família), desejan-te-molecular (emissão de singularidades, potências desejan-tes múltiplas, segundo uma lógica de devires que embaralham os agenciamentos do erotismo e do desejo) e política (criação de novos modos de vida, de uma cultura gay, etc.).

Falar de “homoconjugalidade” ou de uma “conjugalidade homossexual” não passa desapercibido. Soa anódino, e há um incômodo em jogo: algo da linguagem se torce para poder alojar esse arranjo relacional. Há uma fricção incômoda nos mapas cognitivos disponíveis de inteligência do sexual. Incômodo que Costa (1992) analisou, ao dizer que os homossexuais são intrusos do vocabulário amoroso, romântico, conjugal. Situando a experiência conjugal homoerótica nos elementos estruturantes daqueles mapas – a aliança, a filiação e a sexualidade – a “homoconjugalidade” se institui como “impensável”, como “antinomia” (LENOIR, 2001: 58, 59), provocando um colapso das representações tradicionais, dos territórios do casamento, da família e do erotismo. Como “ponto zero” da relação social, retomando Balandier, essa modalidade de vivência amorosa-sexual se articula nas margens da matriz heterossexual, na qual a homossexualidade é tolerada sob a condição de “sexualidade acidental, particular, fora da norma”; daí todos os embates em torno do reconhecimento de uma possível conjugalidade homossexual (BORILLO, 2001: 184, 162).

Essa recusa do exílio que vem sendo historicamente imposto aos homossexuais, relativamente às instituições sociais de aliança, filiação e erotismo, tem desencadeado nos movimentos homossexuais uma enorme batalha em torno de reconhecimento de direitos, e um deles consiste na construção da homoconjugalidade.

Este movimento de encaixe nos mapas sócio-sexuais tem sido analisado por Roudinesco (2003) como um processo de “normalização” da homossexualidade em nossas sociedades contemporâneas, um desejo de integração nos dispositivos relacionais-libidinais disponíveis no *socius*, ao invés de introduzir uma “ruptura libidinal” nesses dispositivos. Bourdieu (1999), por sua vez, também menciona um desejo de “invisibilização” dos homossexuais, por meio da sua “submissão à norma dominante”.

Não nos faltariam indícios para confirmar essa hipótese; basta acompanhar todo o debate acerca da legalização das uniões, dos casamentos homoafetivos, que se dá nas mais diferentes localidades do globo. Há quase vinte anos, por exemplo, foi celebrado na Dinamarca o primeiro casamento (sem aspas) homossexual no mundo. No momento mesmo de retomada deste texto, o Brasil acompanhou o caso da adoção legal de uma menina por um casal de homens homossexuais no interior de São Paulo: “Pela primeira vez, Justiça autoriza casal gay a adotar criança no Brasil”, estampava a manchete do jornal Folha de São Paulo (caderno *Cotidiano*, 23/11/2006).¹²

Penso que, de fato, a discussão sobre a conjugalidade homossexual encontra-se enredada na codificação do sistema amor-casamento-família, mas com ela dialogando de forma multifacetada e ambígua. Ambigüidade que podemos acompanhar em torno das reivindicações de *normalização da homossexualidade*: direito de casar, direito de adotar filhos, etc. Se, por um lado, há, sim, esse desejo de integração numa “norma outrora infame”, segundo a expressão de Roudinesco, essa submissão aos aparelhos vinculatorios da norma heterocêntrica, por outro lado, não podemos deixar de perceber que essas reivindicações também constituem o risco de

“dinamitar” as representações ligadas àqueles aparelhos e àquela norma (BOURDIEU, 1998), suscitando por isso as mais diversas reações: da nostalgia dos modelos tradicionais da família e do casamento, ao horror de uma “dessimbolização” do tecido social, argumento usado pela *expertise* para negar aos homossexuais aqueles direitos, em nome da defesa daqueles elementos simbólicos de base das sociedades (aliança, filiação e diferença sexual).

Ao mesmo tempo em que as *lutas por direitos* travadas pelo movimento homossexual têm toda sua legitimidade e devem ser reforçadas (uma vez que desterritorializam os limites do que historicamente se tem entendido e vivido como amor, casamento e família), por outro lado, pergunto-me se esse perfil perseguido de uma homossexualidade conjugalizada, normalizada, invisível, não seria vulnerável demais à invasão da *expertise* (psicológica, psicanalítica, sociológica e antropológica) sobre o governo da individualidade.

Tomo como exemplo o debate sobre o direito à adoção de crianças por famílias homoparentais, privilegiando o posicionamento da psicanálise. Esta, enquanto saber chamado a depor sobre o cuidado das crianças, articula uma maquinaria discursiva que faz apelo a instâncias tomadas como absolutas, no sentido de assegurar à homossexualidade *uma nova sentença condenatória*: o sistema opositivo masculino-feminino dentro de uma lógica essencialista; o familismo como garantia da ordem simbólica e como esteio da organização social; a lógica implícita da heterossexualidade compulsória, traduzida na questão: que efeitos psíquicos nocivos estão envolvidos na adoção dos *enfants d’homos*? (Efeitos nocivos, bem entendido, como sendo a produção de crianças futuros homossexuais, com todas as seqüelas vinculadas à homossexualidade: perversão, psicose, etc...).

Diversos pensadores têm apontado esse uso “ideológico” da ciência (psicanalítica, antropológica, jurídica, etc.), como forma de justificação científica da intolerância, da homofobia e da recusa de enfrentar os problemas de uma sociedade leiga, pluralista e democrática. Fazer o trabalho de crítica da exper-

tise (FASSIN, 2001) significa, portanto, questionar os *a priori*, a intolerância e o dogmatismo em voga nos saberes e nos sábios (*savantes*), quando estes se põem numa missão pastoral de definir o que e como os indivíduos devem experimentar socialmente, re-censeando e confiscando à sociedade seu poder de criação de modos de vida históricos, e não absolutos e transcendentais.

Daí todo o potencial político da homossexualidade contemporânea, seus compromissos com uma perspectiva pluralista e democrática.

Frente a essa gestão da *expertise* sobre a homossexualidade, quero apostar no potencial reativador de virtualidades relacionais, amorosas, que os experimentos homoconjugais podem vir a engendrar em suas micropolíticas homoeróticas. Questão do *devoir gay*, criação de *modos de vida gays*, resistentes aos “soros da verdade” (Lacan) e às contemporâneas modalidades de administração do corpo, dos prazeres e da intimidade.

2. 2. Fragmentos das micropolíticas

Fui buscar no álbum das histórias de amor contadas durante nossa pesquisa elementos de compreensão dessa política microscópica de um “estar juntos”, de uma convivência amoroso-sexual, cujo *ethos* caracterizamos como “ética da reserva e da discricção”. Esses termos – reserva, distância psicológica, segredo, discricção, etc. – vêm de Simmel, e foram extremamente importantes para dar conta do *lugar intersticial* em que se alojam no laço social esses experimentos relacionais, negociando de forma particular com os regimes de enunciado (economia discursiva permeada pelo segredo e pela confiança, oposta à do grito e da confissão pública, num *outing* ostensivo) e de visibilidade (margem de “poeira”, em que se confundem visível e invisível, segundo as circunstâncias e as esferas de socialidade, em relação às quais a existência/visibilidade do relacionamento se expressa) que codificam a homossexualidade contemporânea.

Essa posição intersticial, ora operando por conectividade com as instituições da família, do casamento e dos ideais conjugais (fidelidade, monoga-

mia, etc.), ora recusando-se a um “dar a ver” ostensivo da relação (nisso “beneficiando-se” daquele exílio histórico dos homossexuais frente àquelas instituições), os posiciona de forma diferenciada de outras modalidades de vivência homoerótica, que são “presas” mais fáceis à atribuição de identidades caricatas e ao “mau olhado”, com que geralmente se aborda a homossexualidade (incluindo nesse *mau olhado* as “superstições” sociológicas, psicanalíticas, etc., já referidas). Penso, aqui, nas “homossexualidades minoritárias”, com sua *ética do grito*.

Reatualizando, de certa forma, um ideal arcadiano de homossexualidade – *ser como os outros, ao lado dos outros* – os casais recusam-se ao espetáculo do olhar obsceno, e provocam uma complicação nos esquemas viciados de compreensão do homoerotismo, quando estes insistem em deles fazer “retrato de fantasia”, quando insistem em reduzi-los a *kolossoi*,¹³ segundo uma imaginação sociológica segregadora e nostálgica das certezas dos gêneros: *quid* o homem? *quid* a mulher? etc.

Essa liminaridade entre claro e escuro, entre visível e invisível – cheia de escadas secretas, passagens, vãos sem saída, portas entreabertas – está em jogo na topologia paradoxal em que os casais conduzem suas vidas: atravessa-lhes o caminho o muro de uma evidência sem palavras (como tantas vezes eles me diziam que “todos sabem” do relacionamento, mas “ninguém falou” sobre isso, etc...), inscrita na micro-rede de relações de que participam, por meio da qual constroem, muitas vezes, uma visibilidade sem palavra. Quantos anos vistos juntos, às vezes 15, 20 anos, sem que as palavras pudessem reconhecer e nomear os afetos em jogo...

Ao mesmo tempo, diante dos aparelhos vinculatorios disponíveis no *socius*, de seus vocabulários, de seus institutos descrevem uma distância íntima, uma proximidade longínqua, um *estranhamento crítico*, tal como o *Fremden* simmeliano: “alguém que vem de fora, se estabelece mas não se torna membro pleno do grupo, não aspirando ser assimilado, esta é sua condição de pertencer, sua interação com o grupo: estar distante e próximo ao mesmo tempo” (TEIXEIRA, 2000: 23). Distância das paralelas, cujo

encontro se projeta num infinito...

A *heterotopia* em que se encontram no laço social (ou *atopia*?) impõe-lhes a tarefa de criação artesanal, à margem das codificações, de uma *estética da existência*: inventar um estar-juntos, construir uma ética amorosa, e produzir experimentações de prazer, de desejo, ativar uma vontade de viver que se expressa nos comércios minúsculos da convivência e de suas micro-teias. Enfim, inventar um modo de vida que se baseia na experimentação, segundo uma economia dos sentimentos compacta, intensiva. *O casamento é a relação*,¹⁴ o jogo de forças, a agonística das singularidades, a suavidade do carinho, a amizade, os blocos de silêncio, as linhas de fuga que irrompem na superfície do “casamento-conversa” (Nietzsche)... Constituição de um “forro”, uma “intimidade”, da qual fazem *reserva*, criando “vacúolos de não-comunicação, interruptores”, que os abriga do controle (DELEUZE, 1992: 217), preservando uma obscuridade que flagramos na pintura de Schiele, com seus homens afundados num denso jogo cromático que insinua uma proximidade-distância, um rapto do olhar, retirando-nos a certeza do que os olhos vêem.

No caso dos relacionamentos, isto significa complexificação de uma *epistemologia do armário*: quem são eles? Que fazem juntos? Que “amizade-amais” os liga? Murmúrios que reverberam em torno dos homens infames (FOUCAULT, 1992)...

É por essa via, da experimentação e do devir, da invenção de uma estética do cotidiano, da artificação da existência-a-dois, da criação de “espaços outros”, singulares, múltiplos, que esses experimentos relacionais podem afirmar-se para além da referência heterocêntrica que dita a organização do vínculo amoroso e a gestão da vida a dois. Afirmando devires minúsculos, invisíveis, embaralham as certezas identitárias e afirmam as possibilidades de afeto para além da institucionalidade.

Se é verdade que há esse “desejo de normalização” destacado por Roudinesco (desejo de casamento, desejo de família), por outro lado, não se pode vir a crer que a construção de uma “homoconjugalidade” se faça apenas como mímica e reprodução dos

lugares de um modelo heterocentrado, já em declínio. Reafirmamos, ao contrário, que as tentativas de regulamentação das uniões homoafetivas ensejam todo um potencial de crítica e de questionamento daquele modelo – mais ainda se pensarmos nos resíduos de moralismo que vigoram em nossa cultura brasileira.

O “des-engajamento” que os casais estudados testemunham em relação a essas disputas políticas atesta, por outro lado, que há um imenso campo de experimentações que está sendo explorado. Aliás, essa foi a lição de Foucault e Deleuze: a de não insistir tanto nos agenciamentos coletivos da individualidade, mas engendrar devires, singularizações, para além das representações e dos modelos identitários (mesmo o do “homossexual”). Criação de novos modos de vida, novas modalidades de enlaçamento amoroso, novas formas de cuidado de si e do outro.

No minúsculo de suas existências, negociando com as máquinas institucionais, segmentares, binárias, esses sujeitos exercitam um inconformismo, uma “cultura-revolta” (KRISTEVA, 2000) microscópica no domínio da vida íntima, que se recusa às etiquetas sociológicas, à construção de representações e identidades que engendram uma “nomeação-prisão”, reinventando os arquivos sobre a homossexualidade.

Ao insistirem no particular, na intensidade dos afetos, na heterogeneidade dos arranjos amorosos, esboçam uma política da individualidade que se recusa à redução ao “sexo Rei” (figura criada por Foucault para nomear a sexualidade legítima). Política como “invenção de novos aparelhos vinculares” (MAGNO, 1994: 10), como produção de acontecimento, como escultura política de si e do outro (ONFRAY, 1995), estilização de uma vida a dois, aberta à manifestação dos afetos e às potências, às velocidades de vida que insistem em explodir os binarismos (homem/mulher, homo/heterossexual, etc.), as segmentações, que nos mutilam e empobrecem.

Nesse sentido é que a questão da homossexualidade, do devir-homossexual concerne a todos nós, quer sejamos homossexuais, heterossexuais, bissexuais, transexuais, etc. Retomo Derrida:

Relação por conseguinte não a-sexuada, mas sexuada de outra forma, para além da diferença binária que governa o decoro de todos os códigos, para além da oposição feminino/masculino, para além igualmente da bissexualidade, da homossexualidade ou da heterossexualidade que dão no mesmo? É sonhando com salvar pelo menos a oportunidade dessa questão que gostaria de acreditar na multiplicidade de vozes sexualmente marcadas, nesse número indeterminável de vozes emaranhadas, nesse móbil de marcas sexuais não identificadas cuja coreografia pode arrastar o corpo de cada 'indivíduo', atravessá-lo, dividi-lo, multiplicá-lo, seja ele classificado como 'homem' ou 'mulher', segundo os critérios em uso (1991: 167-168).

É a questão da possibilidade de singularizar nossos afetos, de saudar os encontros, de organizar os vínculos de forma artística, criadora, enriquecida, de poder escapar dos emparedamentos identitários, do exílio em categorias estanques demais, “grosseiras” demais, como dizia Guattari. Contra o lineamento de nossa subjetividade, contra o empobrecimento das formas de vida, de amor, de erotismo, deixar que surja algo novo, assegurar o direito de experimentar.

Notas

- 1 Este texto retoma e amplia a comunicação apresentada no I Encontro de Ciências Sociais do Ceará, realizado em 2005, em Fortaleza, e se insere numa série de investigações, em curso, que dá prosseguimento à pesquisa da tese: penso aqui, particularmente nas atividades em comum, realizadas pelo Grupo de Trabalho “Corpo, gênero e sexualidade”, este vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, como um instrumento de consolidação da linha de pesquisa “Sociologia da sexualidade e da família” do referido Programa.
- 2 A Tese, intitulada Reservado e invisíveis: administração de intimidade nas parcerias homoeróticas, foi defendida no PPG-Sociologia da UFC em setembro de 2004.

- 3 Ver Roudinesco (2000; 2003), Mitchell (2006), Birman (2001), Butler (2003), dentre outros.
- 4 Deleuze e Guattari analisam a ascensão deste familismo edipiano como um dos mecanismos centrais de fabricação da subjetividade moderna em O anti-édipo (1976).
- 5 Judith Butler, filósofa norte-americana, bastante influenciada pela psicanálise e pelo chamado pensamento pós-estruturalista (Foucault, Deleuze, Derrida), é uma das mais representativas pensadoras militantes da *queer theory*, que se ocupou de estudos sobre gays e lésbicas e que se originou dos *gender studies*. Os estudos *gay* e *lésbicos*, nessa perspectiva, elegem a abordagem da sexualidade, adotando o paradigma da performance, das práticas corporais subversivas, bastante distanciadas da política das identidades, que tendem a especificar os sujeitos a partir de um fundamento ontológico: o desejo, ou o sexo como “real”, segundo a crítica que Butler faz à psicanálise lacaniana. Ao tomar o transexualismo não como patologia, mas como modelo com base no qual pensa a sexualidade humana, como “recusa de securar à diferença biológica”, esta sempre estabelecida em uma disputa simbólica, Roudinesco vê em Butler um “culto do *borderline*”, por afirmar que “a diferença é sempre imprecisa” (ROUDINESCO; PLON, 1998: 292). Mais à frente, volto a mencionar o *queer* de Butler.
- 6 *Gender: a useful category of historical analysis* (1986). In: *Gender and the politics of history*, New York: Columbia University Press, 1988. Utilizo a tradução do artigo de Scott feita por Tomaz Tadeu da Silva, “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. *Educação e Realidade*, 20(2), 1995.
- 7 A expressão “*queer theory*” entrou no discurso teórico nos anos 1990, e foi cunhada por Teresa de Lauretis (1991), que alinha a teoria *queer* ao pós-estruturalismo, a um compromisso com o anti-essencialismo e às estratégias de desconstrução. Os estudos *queer* saem do campo dos *gay and lesbian studies*, assumindo uma autonomia e uma feição mais “radical”. Essas perspectivas analíticas da sexualidade têm se desenvolvido predominantemente no campo acadêmico norte-americano, mas há também representantes na Europa dessa forma de pensamento. Ver, por exemplo, o prefácio de Preciado a Bourcier (2001), que fala na diferença entre “a rica teoria americana *queer*” e o “*queer* povera” de Bourcier.
- 8 Daí porque, com a psicanálise, passamos de uma sexualidade socialmente reprimida a uma sexualidade admitida, mas sempre mais culpada e recalçada. Ver Roudinesco (2003), capítulo 4: “O filho culpado”.
- 9 Lacan distingue, na experiência de apreensão da realidade pelo sujeito, três dimensões: imaginário (dimensão do narcisismo, da imagem na construção do *psiquismo*), simbólico (efeitos da palavra, da lógica simbólica no funcionamento *psíquico*, cujos operadores fundamentais são o *falo*, a castração e a metáfora paterna) e real (definido como aquilo que é impossível de ser assimilado pelo sujeito, que é o *paco* à operação de *metaforização*, daí ser relacionado ao trauma, à repetição e à experiência do sexo e do corpo *pulsional*, como limite do *somático* e do *psíquico*).
- 10 Do “*homopsychanalyticus*” a o momento do sujeito. Trabalho apresentado no VIII Encontro de Ciências Sociais do Norte/Nordeste (Fortaleza, 10-13 junho 1997). Inédito.

- 11 Para a distinção o mallarme anad o livro do álbum, apontado por Éric Marty, ver Barthes (2003: XVIII).
- 12 Essa reportagem veio a ser corrigida uma semana depois num "Erramos", em que o Jornal retifica a informação, mencionando que houve, antes do episódio destacado, um caso de adoção, no Rio Grande do Sul, por um casal homossexual feminino. Não podemos deixar que nos escape o significativo deste "Erramos": não teríamos aí uma espécie de confirmação da idéia segundo a qual a homossexualidade feminina se configura como arranjo amoroso-sexual com menos visibilidade, na medida em que impacta menos a libido do dominante brasileira, permanecendo um território em que a curiosidade do olho do poder não se exerceu ostensivamente com o caso das relações masculinas? Trata-se aí de negociações dispare com a illusio viril que orienta a cultura sexual brasileira, com suas ambigüidades e contradições.
- 13 Fantoches de madeira ou de barro de que fala GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 92.
- 14 Essa idéia da relação como sendo o fundamento do próprio relacionamento, isto é, a relação só se mantém pela satisfação psíquica que dela podem extrair os parceiros, está presente na idéia de Luhmann (1991) do casamento definido como o vínculo emocional de intimidade entre o casal e também em Giddens (1993; 2002), para quem os homossexuais foram protagonistas na invenção do sentido que hoje atribuímos à palavra "relação". É de Giddens, aliás, a expressão "relação pura", isto é, a relação que não conta com nenhum outro mecanismo de cimentação a não ser o grau de satisfação emocional experimentado na relação.

Referências Bibliográficas

- BADINTER, Elisabeth (2005). *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BALANDIER, Georges (1976). *Antropo-lógicas*. São Paulo: Cultrix / EDUSP.
- BARRETT, Michèle (1996). "Feminismo" (verbetes). In: BOTTMORE, T.; OUTHWAITE, W. (ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BARTHES, Roland (2003). *Como viver junto*. São Paulo: Martins Fontes.
- BIRMAN, Joel (2001). *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BORILLO, Daniel; FASSIN, Eric (org.). (2001). *Au-delà du PaCS: l'expertise familiale à l'épreuve de l'homosexualité*. Paris: P.U.F.
- BOURCIER, Marie-Hélène (2001). *Queer zones: politiques des identités sexuelles, des représentations et des savoirs*. Paris: Éditions Balland.
- BOURDIEU, Pierre (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ____ (1998). La transgression gay. *Télérama*, n. 2535, 12/08/1998. Entretien. Disponível em <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/btele984.html>
- BUTLER, Judith (2004). *Undoing gender*. New York: Routledge.
- ____ (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ____ (2002). "Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler". *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1.
- ____ (2001). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- CERTEAU, Michel de (1994). *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- CHODOROW, Nancy (1978). *The reproduction of mothering. Psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley: University of California Press.
- COSTA, J. F. (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DELEUZE, Gilles (2003). *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense.
- ____ (2002). *L'Île deserte et autres textes (Textes et entretiens 1953-1974)*. Paris: Minuit.
- ____ (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- ____ GUATTARI, F. (1976). *O anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago.
- DERRIDA, J. (2001). *Estados-da-alma da psicanálise: o impossível para além da soberana crueldade*. São Paulo: Escuta.
- ____ (1998). *Resistances of psychoanalysis*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- ____ (1991). *Points de suspension: entretiens*. Paris: Galilée.
- ____ ROUDINESCO, Elisabeth (2004). *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FASSIN, Eric (2001). *La voix de l'expertise et les silences de la science dans le débat démocratique*. In: BORILLO, Daniel; FASSIN, Eric. (org.).
- FOUCAULT, Michel. (1994). *Dits et écrits, IV (1980-1988)*. Paris: Gallimard.
- ____ (1993). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- ____ (1992). *A vida dos homens infames*. In: *O que é um autor?* Lisboa: Vega.

- ____ (1988). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- GIDDENS, Anthony. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ____ (1993). *As transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. da UNESP.
- GINZBURG, Carlo (2001). *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GUATTARI, Félix (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34.
- KRISTEVA, Julia (2000). *Sentido e contra-senso da revolta (discurso direto): poderes e limites da psicanálise I*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LAURETIS, Teresa de (1991). "Queer theory: Lesbian and gay sexualities". *Differences: a Journal of Feminist Cultural Studies*, v. 3, n. 2.
- LENOIR, Remi (2001). Le familialisme et le PaCS. In: BORILLO, D.; FASSIN, Eric. (org.). *Au-delà du PaCS: L'expertise familiale à l'épreuve de l'homosexualité*. Paris : P.U.F.
- LOURO, Guacira Lopes (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- MAGNO, M. D. (1994). *A natureza do vínculo*. Rio de Janeiro: Imago.
- MELUCCI, Alberto (2004). *O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo-RS: Editora UNISINOS.
- NICHOLSON, Linda (2000). "Interpretando o gênero". In: *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2.
- ONFRAY, Michel. (1995). *A escultura de si*. Rio de Janeiro: Rocco.
- PAIVA, A. Crístian S. (2004). *Reservados e invisíveis: a administração da intimidade nas parcerias homoeróticas*. Tese. (Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.
- ____ (2001). Política da dobra e cuidado de si: ou Foucault deleuziano. In: LINS, Daniel (org.). *Nietzsche e Deleuze: pensamento nômade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secult.
- ____ (2000). *Sujeito e laço social: a produção de subjetividade na arqueogenealogia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secult.
- ____; VALE, A. F. C. (org). (2006). *Estilísticas da sexualidade*. Campinas: Pontes; Fortaleza: PPG-Sociologia UFC.
- ROUDINESCO, Elisabeth (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ____; PLON, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- RUBIN, Gayle (1975). The traffic in women. In: REITER, Rayna R. (ed.). *Toward an Anthropology of women*. New York: Monthly Review Press.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SCHÉRER, René (1999). Deleuze e a questão homossexual – uma via não platônica da verdade. *Lugar Comum: Estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, n. 7 janeiro/abril.
- SCOTT, Joan (1988). *Gender and the politics of History*. New York: Columbia University Press.
- SIMMEL, Georg (1950). *The sociology of Georg Simmel*. New York: The Free Press.
- ____. (2006). *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- TEIXEIRA, Carla Costa (2000). *Em busca da experiência mundana e seus significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.